



SENADO FEDERAL
Secretaria de Gestão de Informação e Documentação - SGIDOC
Coordenação de Biblioteca - COBIB
Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI

O CATÁLOGO DA REDE VIRTUAL DE BIBLIOTECAS (RVBI) NO PORTAL LEXML: APLICAÇÃO DO FRBR

Maria de Fátima Pereira Jaegger
Bibliotecária, Serviço de Gerência da RVBI

Sebastião Dimas Justo da Silva
Bibliotecário, Serviço de Gerência da RVBI

Trabalho apresentado no IX Encontro Internacional de Catalogadores e
II Enacat - Encontro Nacional de Catalogadores, Centro de Convenções da Firjan,
Rio de Janeiro, RJ - Brasil, 27 novembro 2013 – 29 novembro 2013.

Brasília
2013

O CATÁLOGO DA REDE VIRTUAL DE BIBLIOTECAS (RVBI) NO PORTAL LEXML: APLICAÇÃO DO FRBR

Maria de Fátima Pereira Jaegger
Sebastião Dimas Justo da Silva

Eixo Temático: Produtos e serviços de catalogação

Resumo: A Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI, coordenada pela Biblioteca do Senado Federal, é composta por treze bibliotecas da administração pública federal e do governo do Distrito Federal, dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, sediadas em Brasília, com o objetivo de compartilhar recursos bibliográficos, materiais e humanos. Facilita o acesso a informações relevantes, atualizadas e pontuais, além de contribuir para a difusão do conhecimento, com o uso de novas tecnologias para dar acesso às bases de dados via Internet. O catálogo coletivo da RVBI, em formato MARC, com regras de AACR2 e normas de análise e representação de assuntos, contém cerca de 941.000 documentos entre livros, artigos de revistas e de jornais, coleções de periódicos, obras raras e documentos digitais. A Doutrina do Direito, área temática de grande relevância, gera a Bibliografia Brasileira de Direito – BBD. Os documentos bibliográficos da Doutrina do Direito estão sendo integrados ao Portal LeXML por meio da aplicação dos modelos conceituais do FRBR.

Palavras-chave: Rede de bibliotecas. Padronização das informações. Catálogo online. FRBR.

Abstract: The Virtual Network of Libraries – National Congress – RVBI, coordinated by the Brazilian Federal Senate Library, comprises thirteen libraries of the federal public administration and of the Federal District government, of the Legislative, Judicial, and Executive Branches, with their seats in Brasília, for the purpose of sharing bibliographic, material, and human resources. The network enables access to relevant, updated, and specific information, in addition to contributing to the dissemination of knowledge, employing new technologies to provide access to databases via the Internet. The RVBI collective catalogue, in MARC format, with AACR2 rules, as well as standards for the analysis and representation of subjects, contains around 941,000 documents, including books, magazine and newspaper articles, periodical collections, rare works, and digital documents. Law Doctrine, a thematic area of great relevance, generates the Brazilian Bibliography of Law – BBD. The Law Doctrine bibliographic documents are now being integrated into the LeXML Portal by using of the FRBR model.

Keywords: Libraries network. Standardization of information. Online catalogue. FRBR.

Resumen: La Red Virtual de Bibliotecas - Congreso Nacional - RVBI, coordinada por la Biblioteca del Senado Federal de Brasil, se compone de trece bibliotecas de la administración pública federal de Brasil y del gobierno del Distrito Federal, de los Poderes Legislativo, Judicial y Ejecutivo, con sede en Brasília, con el objetivo de



compartir recursos bibliográficos, materiales y humanos. Facilita el acceso a información relevante, actualizada y puntual, además de contribuir a la difusión del conocimiento, con la utilización de nuevas tecnologías para dar acceso a bases de datos a través de Internet. El catálogo colectivo de la RVBI, en formato MARC, con reglas de AACR2 y normas de análisis y representación de temas, contiene alrededor de 941.000 documentos entre libros, artículos de revistas y diarios, colecciones de periódicos, obras raras y documentos digitales. La Doctrina del Derecho, área temática de gran importancia, genera la Bibliografía Brasileña de Derecho - BBD. La integración de la documentación bibliográfica de la Doctrina del Derecho está siendo efectuada en el Portal LexML a través de la aplicación del modelo FRBR.

Palabras clave: Red de Bibliotecas. Estandarización de la información. Catálogo online. FRBR.

1 INTRODUÇÃO

A Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI é uma rede cooperativa de bibliotecas, coordenada pela Biblioteca do Senado Federal, que agrega recursos bibliográficos, materiais e humanos de treze bibliotecas da administração pública federal e do governo do Distrito Federal, dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, sediadas em Brasília, com o objetivo de atender às demandas de informações bibliográficas de seus órgãos mantenedores.

Este trabalho tem a intenção de descrever os estágios de automação do catálogo coletivo da RVBI até chegar ao momento atual, com a FRBRização dos registros bibliográficos da Doutrina do Direito no Portal da Rede de Informação Legislativa e Jurídica - LexML.

2 REDE VIRTUAL DE BIBLIOTECAS - CONGRESSO NACIONAL - RVBI

A criação do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), em 1972, permitiu o processo de automação da Biblioteca do Senado Federal, com o desenvolvimento das primeiras bases de dados bibliográficos - BIBL, PERI e JORN -, em formato próprio, com estrutura de parágrafos e linhas contendo informações bibliográficas.

O Sistema de Referência Bibliográfica (BIBL), "inicialmente previsto apenas para a Biblioteca do Senado, foi alimentado a partir das fichas do catálogo dicionário relativo aos livros e folhetos de seu acervo" (LODDO, 1985?, p. 3). Posteriormente



foi criado o sistema Publicações Seriadas e Artigos de Periódicos (PERI) que, segundo Loddo (1977, p. 222) foi “o primeiro trabalho efetivo, realizado no Brasil, de indexação corrente e sistemática de artigos de periódicos para armazenagem e recuperação em computador de acesso direto (online)”, incluindo, também, dados sobre o periódico como um todo.

Em 1975, o BIBL passou a se chamar Bibliotecas Integradas de Brasília (BIBR), visando a alimentação de dados por outras bibliotecas. Em 1976, matéria do jornal O GLOBO reproduziu declaração do senador Petrônio Portella, idealizando o funcionamento de uma rede cooperativa de bibliotecas:

Meu sonho é catalogar os livros de todas as bibliotecas de Brasília no Centro de Processamento de Dados do Senado, de modo que ele indique onde se pode encontrar informação sobre qualquer assunto, da cibernética ao Gênesis, aqui na capital. (O SONHO..., 1976).

Em 1985, foi criado o Subsistema de Administração de Bibliotecas (SABI), composto pelas bases BIBR e PERI, e duas bases de autoridades: o Vocabulário Controlado Básico (VCB) e Autoridades Padronizadas (AUTR), integrando o Sistema de Informação do Congresso (SICON). Foram introduzidos módulos de serviços automatizados de biblioteca, integrados entre si. Em 1986, para atender à demanda por informações atualizadas, de interesse da Assembléia Nacional Constituinte, foi implementada uma base de artigos selecionados de jornais brasileiros, chamado Banco de Dados de Recortes de Jornais (JORN) (LODDO, 1988).

Essas bases sofreram reestruturações ao longo dos anos, com o objetivo de aprimorar recursos na entrada e saída de dados e implementar novas funções de gerenciamento de serviços de bibliotecas, como circulação, aquisição e controle de fascículos.

Com a implantação de novo software, com interface Windows e acesso à Internet, no ano de 2000 a Rede SABI passou a ser denominada Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI.

Atualmente, a RVBI é formada por treze bibliotecas de Brasília: Advocacia-Geral da União (AGU), Câmara dos Deputados (CAM), Câmara Legislativa do DF (CLD), Ministério da Justiça (MJU), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Procuradoria Geral da República (PGR), Senado Federal (SEN), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Superior Tribunal Militar (STM), Supremo Tribunal Federal (STF),

Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCD), Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJD) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).

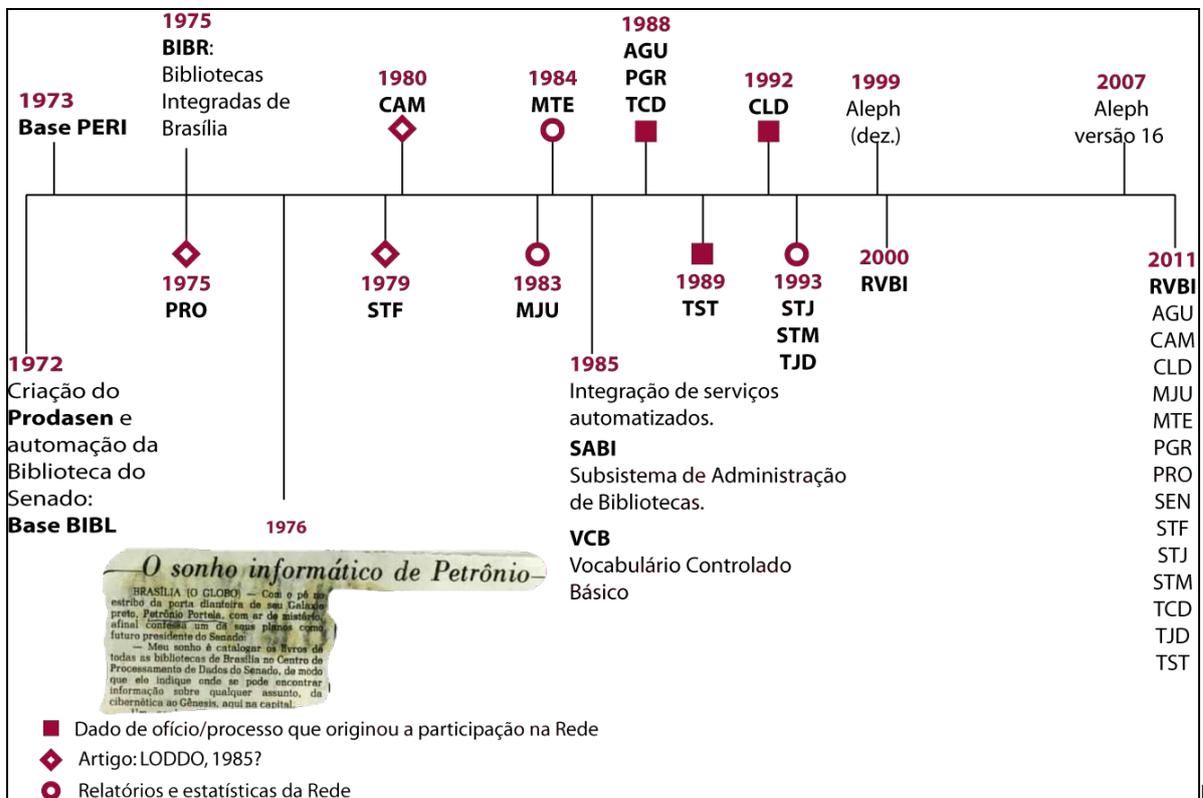


Figura 1: Linha do tempo: formação da RVBI: 1975-2011
Fonte: Bibliotecas... (2011, p. 2)

Em recente reestruturação administrativa do Senado Federal, a Biblioteca Técnica da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen) foi incorporada à Biblioteca do Senado.

2.1 Documentos bibliográficos do catálogo coletivo da RVBI

O catálogo coletivo da RVBI é formado por cerca de 941.000 documentos bibliográficos, entre livros, folhetos, periódicos (revistas e jornais), artigos de revistas, artigos de jornais, multimeios e recursos eletrônicos e digitais.

Esses diversos tipos de materiais são codificados internamente, em campo específico, possibilitando a formação de “bases virtuais”, para delimitar o universo das pesquisas, quando necessário.

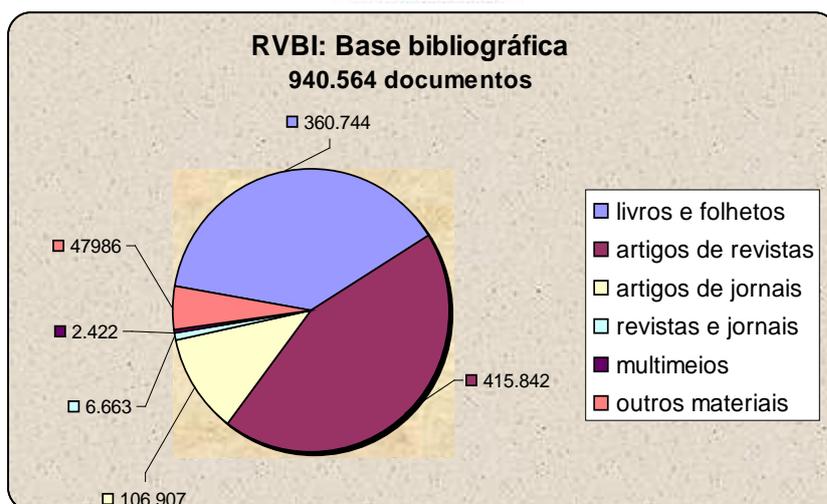


Gráfico 1: Catálogo coletivo RVBI: tipos documentais, ago. 2013
Fonte: Autoria própria, a partir dos dados da base da RVBI

Anualmente, o catálogo coletivo da RVBI recebe cerca de 30.000 documentos novos, inseridos simultaneamente pelas bibliotecas cooperantes.

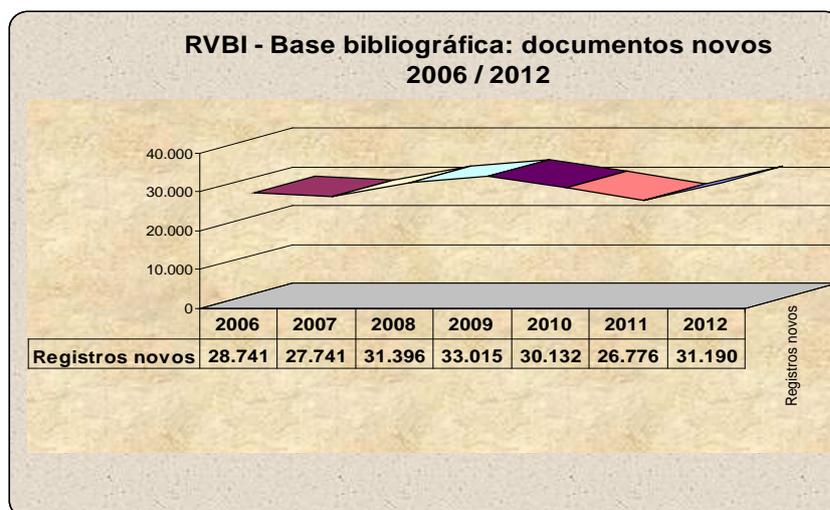


Gráfico 2: Crescimento anual do catálogo coletivo da RVBI: 2006-2012
Fonte: Autoria própria, a partir dos dados da base da RVBI

2.2 Bibliografia Brasileira de Direito (BBD)

A abrangência temática do catálogo coletivo da RVBI reflete a atuação das instituições participantes, com predominância na área do Direito. Essa característica, aliada aos recursos de informática no Senado Federal, proporcionou a transferência de responsabilidade da edição da Bibliografia Brasileira de Direito (BBD).



A BBD, originária de 1967/1968, editada pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), depois Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), passou a ser de responsabilidade da Biblioteca do Senado Federal a partir de 1980, quando o Ibict descentralizou a produção e edição das bibliografias nacionais especializadas (RAULINO, 1984-1985). A partir de 2004, a BBD interrompeu as edições com suporte físico, ficando disponível apenas na Internet.

A BBD é uma bibliografia seletiva, disponível na Internet, que inclui referências bibliográficas da Doutrina do Direito, existentes nos acervos das bibliotecas da RVBI: livros, capítulos de livros e artigos de periódicos, sobre Direito brasileiro ou estrangeiro, publicados no Brasil, em português ou em outro idioma, e artigos de jornais publicados no suplemento Direito e Justiça, do jornal Correio Braziliense.

O crescimento médio anual da BBD é de 12.000 documentos novos. Atualmente a BBD tem 177.192 documentos/títulos: 60.105 livros e folhetos; 5.219 capítulos de livros e 116.935 artigos de periódicos.

2.3 Política e padronização do processamento técnico na RVBI

A padronização do tratamento da informação é fundamental nos catálogos bibliográficos. Em um catálogo coletivo, alimentado por diversas bibliotecas, as medidas para uniformizar o tratamento documental se tornam muito mais necessárias.

No catálogo da RVBI, são adotados os seguintes códigos, formatos e padrões:

- AACR2: Anglo-American Cataloguing Rules (Código de Catalogação Anglo-Americano).
- ISBD: International Standard Bibliographical Description (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada).
- MARC Format for Bibliographic Data (MACHINE Readable Cataloging).
- Vocabulário Controlado Básico (VCB).

A aplicação desses códigos e normas é facilitada pela elaboração de manuais de processamento técnico, nos quais são reunidos os principais critérios



adotados no catálogo coletivo, com abundância de exemplos significativos, para aumentar a padronização dos documentos bibliográficos do catálogo.

Em relação à classificação temática dos acervos, cada Biblioteca adota o código de sua preferência para a organização física de seus itens: seis bibliotecas adotam a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e sete bibliotecas utilizam a Classificação Decimal Universal (CDU).

No entanto, para a classificação temática da área do Direito nos registros bibliográficos, é utilizada a Classificação Decimal de Direito, de Dóris Queiroz de Carvalho, no campo 084 do MARC.

2.3.1 Manuais de processamento técnico da RVBI

Os principais instrumentos de trabalho dos catalogadores da RVBI são os manuais de descrição bibliográfica e o de indexação.

O manual de descrição bibliográfica é o mais utilizado pelos catalogadores. Com formato de recurso atualizável, ordenado por campo MARC adotado na RVBI, tem indicações de regras do AACR2, pontuação ISBD e exemplos reais do catálogo coletivo com ilustrações. Estão inseridos no manual os vários campos locais, estruturados para atender necessidades específicas de registro de informações, bem como campos de notas administrativas com dados particulares.

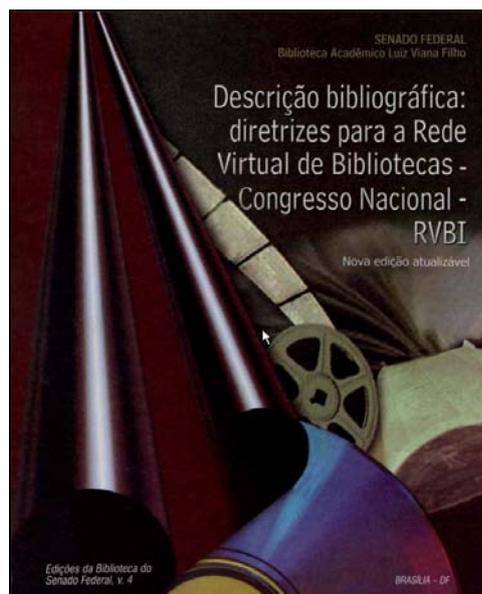


Figura 2: Manual de descrição bibliográfica da RVBI
Fonte: Descrição... (2011, capa)



A primeira versão desse manual foi lançada durante treinamentos de processamento técnico, promovidos pela Biblioteca do Senado no ano de 2007.

Posteriormente, em 2011, optou-se pelo formato atualizável, com folhas soltas, devido à necessidade de constantes atualizações para melhorar a qualidade dos registros bibliográficos. As atualizações de campo são enviadas regularmente às bibliotecas, a partir de diagnósticos diários resultantes do trabalho de controle de qualidade do catálogo coletivo. Está disponível, também, na Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF): <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/231030>.

O segundo manual, de análise e representação de assuntos, reúne critérios para a aplicação do Vocabulário Controlado Básico (VCB) nos campos MARC de assunto 65X, e especificações para construção da sintaxe lógica de indexação nos demais campos de assunto 6XX. Editado em 2007, está disponível, também, na Internet: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/81842>.



Figura 3: Manual de análise e representação de assuntos da RVBI
Fonte: Análise... (2007, capa)

3 CATÁLOGO DE BIBLIOTECAS: DA ANTIGUIDADE AO SURGIMENTO DOS FRBR

Desde a antiguidade até o século XVI, os instrumentos que registravam os conteúdos de uma coleção cumpriam uma função de inventário: o registro das peças físicas que integravam essa coleção, com a finalidade de oferecer uma lista do patrimônio da biblioteca. Estas listas, que originalmente se assemelhavam a um



catálogo topográfico, com uma ordenação baseada na localização física, foram adquirindo, com o tempo, arranjos mais elaborados, incorporando dados como datas de nascimento e morte do autor ou data de publicação. Contudo, o objetivo era invariavelmente patrimonial. Não se contemplava, como uma função do catálogo, a recuperação de informação sobre os recursos que compunham a coleção.

A partir do século XVII, os catálogos começam a exibir características que apontam mais do que um simples inventário de bens. Elementos tais como índices por autor e por assunto, e uma maior preocupação com a descrição, tanto do conteúdo como da forma, marcam o aparecimento de um novo enfoque, que começa a se distanciar das limitações impostas pela função de inventário para tratar de oferecer um meio de recuperação. É o começo da época do catálogo como lista de localização. Conforme explicam Hanson e Daily citados por (Denton, 2001), o catálogo da Biblioteca Bodleyana de Oxford, editado em 1620, é considerado o primeiro catálogo geral de uma biblioteca que funciona principalmente como uma lista de localização.

Segundo Lubetzky (2001), o catálogo original da biblioteca de Oxford respondia às características dos catálogos da época: um conjunto de listas de inventário das diferentes seções da sua coleção (teologia, medicina, direito, artes). Mas, a partir de uma dificuldade percebida pelo seu mantenedor, Sir Thomas Bodley, uma nova função foi incorporada ao catálogo: a de ajudar a determinar se, na mesma biblioteca ou até mesmo fora dela, havia ou não um determinado livro.

De acordo com Hanson e Daily citados por Denton (2001), Mey (2009) e Ortega (2010), é a partir do surgimento do catálogo da Biblioteca Bodleyana, da Universidade de Oxford, que a função de recuperação passa a ser a mais importante. Os mesmos autores afirmam que a edição de 1674 desse catálogo introduziu muitas regras que serviram de base para a sua compilação desde 1620. Entre elas, o uso de uma forma única de nome para cada autor marca o surgimento do conceito de reunião ou agrupamento de registros no catálogo.

Ortega (2010) e Mey (2009) comentam que o uso do catálogo com a função de reunir documentos foi sistematizado por Panizzi um século depois de implantado pela primeira vez pela Biblioteca Bodleyana.

Segundo Mey (2009), por volta de 1839, Anthony Panizzi, bibliotecário chefe



do British Museum, redigiu, junto com uma comissão, um conjunto de regras para a compilação do novo catálogo da biblioteca do Museu. As *Rules for the Compilation of the Catalog*, conhecidas como as "91 regras de Panizzi", foram concebidas para a confecção de um catálogo alfabético, principalmente de autores pessoais e entidades, que permitia ao usuário a localização fácil e rápida de um livro, assim como o agrupamento das obras de um mesmo autor com suas diferentes edições e traduções.

Corroborando as afirmações de Mey (2009), recente trabalho publicado sobre os objetivos dos catálogos cita o agrupamento de obras de um mesmo autor como uma das funções das "91 regras de Panizzi", ao mencionar que

[...] todas as edições e traduções de uma obra, independentemente de seus títulos individuais, devem ter entradas sob seu título original, numa ordem prescrita (edições cronologicamente, traduções por língua, etc.) de maneira que a pessoa em busca de um livro em particular, encontre-o junto com as outras edições, dando ensejo a uma escolha da edição que melhor sirva a seus objetivos (FIUZA apud ORTEGA, 2010, p. 47).

3.1 Objetivos e funções do catálogo

Vários estudiosos da Biblioteconomia consideram Charles A. Cutter o primeiro autor a estabelecer os objetivos do catálogo, em 1876. Passados mais de um século de sua formulação, este é o ponto de partida para o entendimento da evolução dos conceitos de catálogo e de catalogação.

No livro *Rules for a dictionary catalog*, publicado em 1904, Cutter defende que um catálogo deve cumprir três funções: identificar (encontrar documento com autor ou título ou assunto conhecido), dispor (mostrar um conjunto de documentos cujo autor ou título ou assunto sejam conhecidos do usuário) e avaliar (ajudar na seleção entre diversos documentos disponíveis).

As funções do catálogo, segundo Cutter, associam-se com os seguintes pontos:

- encontrar um livro quando se conhece o autor ou o título ou o assunto;
- mostrar o que a biblioteca possui de um determinado autor ou de determinado assunto ou de um tipo concreto de literatura;



- ajudar na seleção de um livro segundo sua edição (bibliograficamente) ou conforme seu caráter (literário ou temático).

É possível notar que o segundo dos objetivos descritos por Cutter - mostrar o que a biblioteca possui de um determinado autor ou de determinado assunto - retoma a ideia do agrupamento, presente no catálogo da Biblioteca Bodleyana de Oxford e no trabalho de Panizzi.

Já no século XX, Seymour Lubetzky, considerado o principal teórico da catalogação por muitos pesquisadores, incluindo Ortega (2010), propôs avanços em relação aos trabalhos dos antecessores, Panizzi e Cutter. Uma das principais contribuições de Lubetzky reside no fato de ele ter feito a distinção entre obra intelectual e a edição concreta desta, sendo essa noção considerada um avanço sobre as propostas de Cutter, que usava o conceito de livro sem diferenciar entre obra intelectual e a sua publicação material e as versões da mesma obra.

Sobre o assunto, Assumpção (2010) explica que os objetivos e funções do catálogo, na forma proposta por Cutter, foram revisados por Lubetzky a partir de 1960, servindo de base teórica para os Princípios de Paris (STATEMENT..., 1961) e que tais princípios foram atualizados pela Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (STATEMENT..., 2009).

Os objetivos e funções do catálogo, segundo Lubetzky, foram relacionados por Fiuza (1987, p. 50):

[...] os objetivos do catálogo são: mostrar se a biblioteca possui ou não um item determinado, publicado sob um nome de autor ou sob um título determinado; identificar o autor e a obra representados pelo item e relacionar as várias obras do autor e as várias edições da obra.

Nota-se nos objetivos defendidos por Lubetzky, sobretudo no segundo, uma aproximação com os desdobramentos dos estudos desenvolvidos a partir dos Princípios de Paris, no sentido de que em um catálogo cada edição terá seu próprio registro catalográfico conforme estabelecido no código AACR2, porém as distintas edições estarão colocadas juntas dentro do catálogo para permitir ao usuário identificar e selecionar aquela que melhor atende às suas necessidades.

O princípio da reunião no catálogo, presente no segundo objetivo Lubetzky, chamado de “relacionar as várias obras do autor”, é muito importante e diferentes



mecanismos foram desenvolvidos para reunir as diferentes edições de uma mesma obra, sendo o principal o modelo Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) ou Requisitos Funcionais para os Registros Bibliográficos, em português, dado a conhecer por volta de 1997.

Mesmo com os avanços empreendidos por estudiosos como Lubetzy e outros, a modernização tecnológica exigia reviravoltas. Por conta disso, na década de 90, a IFLA e Library of Congress, preocupadas com os avanços tecnológicos e com a lacuna que surgia com as práticas catalográficas tradicionais, defenderam a definição de um marco conceitual que permitisse simplificar a prática. Assim, após vários anos de reuniões internacionais entre especialistas, foi aprovado, no ano de 1997, o modelo FRBR.

Vale ressaltar que, neste modelo, as diferentes edições correspondem às manifestações, e também é exigido um registro bibliográfico para cada uma delas. Por sua vez, as várias manifestações podem conter distintas expressões, por exemplo uma tradução é considerada como uma expressão.

Conforme Tillett (2007), os FRBR definem-se em relação às tarefas realizadas pelos usuários quando pesquisam e fazem uso dos catálogos, quais sejam: encontrar, identificar, selecionar e obter.

É importante notar a semelhança entre as tarefas dos FRBR e os objetivos de Cutter. Podemos observar que

[...] “encontrar um livro do qual o autor é conhecido” torna-se “encontrar todas as manifestações que incorporam as obras sobre a qual uma determinada pessoa física ou jurídica seja responsável”, e “encontrar uma manifestação particular quando o nome do responsável pela obra (pessoa e/ou entidade jurídica), incorporado na manifestação é conhecido. (MODESTO, 2012).

As afirmações de uma das mais conceituadas estudiosas brasileiras da representação do conhecimento resumem de maneira muito clara o que se tentou discutir neste capítulo, ao ensinar que, até há pouco tempo,

a catalogação era vista como uma técnica de elaborar catálogos - ideia muito restritiva e simplista; ou, como técnica que listava itens - mais restritiva ainda. O que diferencia a catalogação de um inventário, listagem de itens, é o fato de não apenas caracterizar os registros do conhecimento, individualizando-os, tornando-os únicos entre os demais, como também de reuni-los por suas semelhanças. (MEY, 2009, p. 8).



Nos itens seguintes serão expostos os esforços empreendidos na Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI, em busca da adequação do catálogo coletivo da Rede aos novos conceitos de catalogação e acesso às informações, especialmente quanto ao modelo FRBR, cujo projeto piloto pode ser comprovado no portal LexML - Rede de Informação Legislativa e Jurídica.

4 INTEGRAÇÃO DA RVBI AO LEXML

A Rede de Informação Legislativa e Jurídica - LexML, cujo portal foi inaugurado em 2009 - <http://www.lexml.gov.br/> -, é uma iniciativa conjunta de diversos órgãos participantes do GT LexML da Comunidade TIControl, liderada pelo Senado Federal, que tem como objetivo:

[...] identificar e estruturar as informações legislativas e jurídicas através da integração de processos de trabalho e compartilhamento de dados utilizando padrões abertos, nas três esferas administrativas (federal, estadual e municipal) e entre os órgãos dos três poderes da República (Executivo, Judiciário e Legislativo), por meio de hiperlinks persistentes, sistemas *online* e tratamento padronizado da estrutura textual” (LIMA; LIMA; KRAUSS).

Uma das características do LexML é o formato uniforme utilizando a linguagem XML (eXtensible Markup Language) e a URN (Uniform Resource Names), proporcionando, além do intercâmbio e acessibilidade, a construção de um endereço “não ambíguo e duradouro [...] construído de forma lógica, a partir de um conjunto de regras sintáticas e semânticas bem definidas” (CICILIATI JÚNIOR; LIMA, 2005). Exemplo de URN da Lei Federal 11705: **urn:lex:br:federal:lei:2008-06-19;11705**.

A alta especialização em Direito da RVBI, assim como a referência da legislação relacionada na planilha bibliográfica, política de descrição existente desde o Sabi, foi o maior motivo para a integração de seus dados ao LexML.

A partir de sugestão da equipe do Prodasen, a preparação para a integração da RVBI com o LexML começou em 2006, com o acréscimo do ano da norma jurídica ao campo MARC 856 (*link*), permitindo maior compatibilidade com as bases de dados do Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON):

Campo 856 - Antes

DEL-000200

DEC-001800

LEI-010406

Campo 856 - Depois

DEL-000200 (1967)

DEC-001800 (1996)

LEI-010406 (2002)



Inicialmente, a equipe do LexML selecionou as seguintes condições para a importação de registros da RVBI:

- tipo de material: Livros e Folhetos (campo local “BAS”);
- autor: Pessoal (campo 100)
- classificação decimal: 34* (campos: 080 CDU; 084 CDD; 090 CDDir);
- links com normas jurídicas (campo 856).

Para a conversão de dados foi utilizada a ferramenta “FRBR Display Tool” (versão 2.0), da Library of Congress, que transforma registros MARC para uma modelagem baseada nos requisitos funcionais do FRBR.

No III Encontro Nacional do LexML, realizado em 13 de agosto de 2013, em Brasília, foi apresentada nova atualização da Doutrina no Portal, com o acréscimo de capítulos de livros, totalizando 70.015 livros, 1.780 folhetos e 10.409 capítulos de livros.



Figura 4: Página inicial do Portal LexML
Fonte: LexML



Figura 5: Página inicial da Doutrina no Portal LexML
Fonte: LexML



Tipo	Livro
Autor	Silveira Neto, Honorio 1928
Título	Teoria do estado
Data	1985, 1978, ..., 1969, 1967
Classificação (CDDir)	341.201 DIREITO PÚBLICO [341] » DIREITO CONSTITUCIONAL [341.2] »» Teoria do Estado [341.201]

Publicação: Texto - Português

7.ed. Rev., Aum. e Acrescida de Elementos de Direito Constitucional.	1985	Teoria do estado / Silveira Neto Imprensa: Rio de Janeiro, Forense, 1985. Descrição Física: 330 p. Disponibilidade: Rede Virtual de Bibliotecas Localização : SEN, STJ
6. Ed. Rev. Aum. e Acrescida de Elementos de Direito Constitucional.	1978	Teoria do estado / Silveira Neto Imprensa: São Paulo, M. Limonad, 1978. Descrição Física: 290 p. Disponibilidade: Rede Virtual de Bibliotecas Localização : CAM, MJU, SEN

Figura 6: FRBR no catálogo: a obra, suas expressões, manifestações e itens
Fonte: LexML

Tipo	Capítulo de Livro
Autor	Hironaka, Giselda Maria Fernandes Novaes
Título	A indignidade como causa de escusabilidade do dever de alimentar
Data	2010
Ementa	Resumo: "[...] no Direito de Família, a indignidade é uma ofensa violenta que deliberadamente visa destruir a relação familiar a partir de outro nesta relação." Sumário: Indignidade em família -- Solidariedade : uma prática que responde a um dever de assistência mútua -- A solidariedade ins indignidade.
Classificação (CDDir)	342.16 DIREITO PRIVADO [342] » DIREITO CIVIL [342.1] »» Direito de família [342.16]

Publicação: Texto - Português

2010	Famílias no direito contemporâneo: estudos em homenagem a Paulo Luiz Netto Lôbo / coordenad Albuquerque, Marcos Ehrhardt Jr., Catarina Almeida de Oliveira ; Ana Cecilia Rosário Ribeiro ... [e Imprensa: Salvador, JusPODIVM, 2010. Descrição Física: 553 p. ISBN: 8577612112 Disponibilidade: Rede Virtual de Bibliotecas Localização : SEN, STF, STJ, TJD, TST Capítulos: » Refletindo o afeto nas relações de família: pode o direito impor amor? / Catarina Almeida de Oliveira. -- p. 47-67 » Aplicabilidade do princípio da afetividade às relações paterno-filiais: a difícil escolha entre os laços de s Renata Cristina Othon Lacerda de Andrade. -- p. 69-89 » Patrimônio mínimo: bens para além das famílias / José Barros Correia Junior. -- p. 91-118
------	---

Figura 7: Capítulo de livro, o livro no todo e os demais capítulos indexados na base
Fonte: LexML



4.1 Efeitos da FRBRização no catálogo coletivo da RVBI

A conversão dos dados para o LexML identificou diversas inconsistências nos registros MARC da RVBI, como preenchimentos incorretos de conteúdos, indicadores e codificações, que foram selecionados para as ações necessárias às suas correções, iniciadas em 2011.

As bibliotecas da RVBI participaram na correção de milhares de registros que necessitavam da leitura das planilhas como, por exemplo, a codificação de idiomas no campo 008 e indicadores de alguns campos.

A Gerência e o Prodasen ficaram responsáveis pelas correções por programa, com extração de campos dos registros para planilhas Excel, correções e devolução à base de dados.

Tabela 1: Inconsistências de dados na RVBI identificados na conversão MARC para LexML

Inconsistência identificada	Quantidade	Análise e correção
E01 indicador1 inválido	7	Gerência
E02 indicador2 inválido	2	Gerência
E03 tag inválida	97	Prodasen
E06 idioma inválido	3.584	Bibliotecas da RVBI
E07 campo 245 nao pode ter indicador2 = branco	1.690	Bibliotecas da RVBI
E08 campo 240 nao pode ter indicador2 = branco	68	Bibliotecas da RVBI
E10 campo 240 nao pode coexistir com 130	3	Gerência
E11 campo 240 exige campo 100,110 ou 111	4	Gerência
E12 código subcampo inválido	48	Gerência
E13 campo BAS deve ter subcampo 'a'	18	Gerência
E14 letra inicial nome autor	15	Gerência
E15 dois campos 260	747	Bibliotecas da RVBI
E16 campo 260 com dois subcampos c	13	Gerência
E17 campo 260 sem subcampo c	224	Prodasen e Gerência *
E18 sem campo 260	157	Bibliotecas da RVBI
E19 subcampo 'a' do campo BAS inválido	57	Gerência
W01 data invalida	6251	Bibliotecas da RVBI *
* Em andamento		

Fonte: Autoria própria, a partir dos dados fornecidos pela equipe do LexML em 2012



Outras situações foram identificadas e estão sendo trabalhadas pela Gerência da RVBI:

a) Campo 856: inclusão de ano da norma jurídica no campo 856 em documentos antigos do sistema Sabi (32.716 linhas para correção).

b) Campos de autoria pessoal (100, 700): padronização de autores pessoais da área do Direito (BBD); extração de dados pelo Prodasen; seleção por ocorrência do autor no catálogo coletivo para priorização: 46.467 entradas diferentes para estudo e inclusão na Base de Autoridades, variando de 369 ocorrências de um mesmo autor até 1 ocorrência por autor.

Este trabalho está incorporado à rotina do Serviço de Gerência da RVBI, pela quantidade e detalhamentos na sua execução.

c) Revisão dos campos MARC para Classificação de Assuntos, considerando o intervalo de classificações de 340.000 a 349.999:

- Classificação Decimal Universal - CDU (080)
- Classificação Decimal de Dewey - CDD (082)
- Classificação Decimal de Direito - CDDir (084)
- Bibliografia Brasileira de Direito - BBD (090)

Foram identificados 44.982 registros com inconsistências como duplicação de classificações, presença de classificações conflitantes ou mutuamente excludentes e ausências de classificações obrigatórias. Esse trabalho resultou na adoção de obrigatoriedade de campo de classificação - 080 ou 084 - para obras da BBD (existência de campo 090).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da Doutrina do Direito no portal LeXML proporcionou uma análise detalhada da integridade do catálogo coletivo da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI. A partir da identificação, pela equipe do LexML, de inconsistências na base, a Gerência da RVBI promoveu diversas ações com o objetivo de aumentar a qualidade dos registros: correções imediatas por programa; encaminhamento, às bibliotecas da Rede, de documentos para correções; alterações no manual de descrição para evitar a continuidade de erros e planejamento de continuidade desse controle de qualidade.



A FRBRização do catálogo da RVBI permitiu o agrupamento das edições, traduções, suportes etc., tornando a pesquisa mais fácil para o leitor. O pesquisador especializado pode navegar entre várias informações: da norma jurídica para a doutrina e vice-versa; dos capítulos para a unidade principal, visualizando os outros capítulos, pela Classificação Decimal de Direito (CCDir), por ano, autor, biblioteca da RVBI e idioma.

A próxima etapa para a conversão de dados será a conversão dos artigos de revistas, com a ligação dos artigos às coleções de periódicos das treze bibliotecas da Rede.

Pretende-se, também, implantar a navegação direta do LexML para o portal da RVBI, no qual o usuário poderá ver a disponibilidade dos itens nas bibliotecas.

Em relação à adequação dos procedimentos técnicos da RVBI aos novos rumos da catalogação, a equipe da Gerência está consciente da necessidade e importância em empreender estudos avançados para a implantação futura, no catálogo coletivo da Rede, da nova norma de catalogação RDA: Recursos, Descrição e Acesso.

REFERÊNCIAS

ANÁLISE e representação de assuntos: diretrizes para a Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI. Brasília, DF: Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, 2007. 93 p., il. (Edições da Biblioteca do Senado Federal, v. 3). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/81842>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

BIBLIOTECAS da RVBI: linha do tempo. *Informativo da RVBI*, Brasília, DF, n. 2, p. 2, jul. 2011.

CARVALHO, Dóris de Queiroz. *Classificação decimal de Direito*. 4. ed. rev. atual. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002. 172 p. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/galeria-de-fotos/arquivos-importados/arquivos-pdf/classificacao-decimal>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

CICILIATI JÚNIOR, Fernando; LIMA, João Alberto O. *Padrão de nomes uniformes para normas, matérias e jurisprudência*. In: E-LEGISLAÇÃO: *workshop* sobre legislação e tecnologia da informação, 1., 2005, São Paulo, Alesp. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/instituto/Work_leg/alesp_lex.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2013.



CUTTER, Charles A. *Rules for a dictionary catalog*, 4th ed. rew. Washington, DC: Government Printing Office, 1904. 173 p. Disponível em: <<http://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc1048/>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

DENTON, William. *FRBR and the history of cataloging*. Disponível em: <<http://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/bitstream/handle/10315/1250/denton-frbr-and-the-history-of-cataloging.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

DESCRIÇÃO bibliográfica: diretrizes para a Rede Virtual de bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI. nova ed. atual. Brasília, DF: Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, 2011-. 1 v., il. (Edições da Biblioteca do Senado Federal, v. 4). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/231030>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

FIUZA, Marysia Malheiros. A catalogação bibliográfica até o advento das novas tecnologias. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 43-53, mar. 1987.

HANSON, Eugene R.; DAILY, Jay E. Catalogs and cataloging. In: *ENCYCLOPEDIA of library and information science*. New York: M. Dekker, 1970. p. 242-305.

LEXML Brasil: Rede de informação Legislativa e Jurídica. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

LIBRARY OF CONGRESS (LC). *FRBR Display Tool*. version 2.0. Washington: Library of Congress, Network Development and MARC Standards Office, 2009. Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc/marc-functional-analysis/tool.html>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

LIMA, Davi; LIMA, João; KRAUSS, Peter. Destaques LeXML. *PROJETO LexML: documentação*. Disponível em: <<http://projeto.lexml.gov.br/>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

LODDO, Maria Eliza Nogueira. *Avaliação da automação na Biblioteca do Senado*. Brasília, DF: [s. n., 1985?]. 23 p.

_____. A informação e a informática na Constituinte. In: *SEMINÁRIO A NOVA CONSTITUIÇÃO E AS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS*, 1988, Brasília, DF. *Anais*. Brasília, DF: União Parlamentar Interestadual; Associação Nacional para o Desenvolvimento das Atividades Legislativas, 1988. p. 281-289.

LODDO, Maria Eliza Nogueira; LEMOS, Maria Lucia Vilar de; ISHIE, Masami. Automação na Biblioteca do Senado Federal. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 219-250, jan./jun. 1977.

LUBETZKY, Seymour. Ideology of bibliographic cataloging: progress and retrogression. In: *SEYMOUR Lubetzky: writings on the classical art of cataloging*. Englewood: Libraries Unlimited, 2001. 443 p.



MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. *Catálogo no plural*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 217 p.

MODESTO, Fernando. *Eu Cutter FRBR, e você?*. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=681>. Acesso em: 20 ago. 2013.

MORENO, Fernanda Passini; LIMA, João Alberto de Oliveira. FRBRização de um catálogo. *Biblios*, n. 50, p. 39-51, 2013. Disponível em: <<http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/download/76/159>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

ORTEGA, Cristina Dotta. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da Catalogação. *Liinc em revista*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 43-60, mar. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/402/263>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

RAULINO, Pérola Cardoso. Apresentação. *Bibliografia Brasileira de Direito*, Brasília, DF, v. 3, p. 3, 1984-1985.

O SONHO informático de Petrônio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 nov. 1976.

TILLET, Barbara. *O que é FRBR?: um modelo conceitual para o universo bibliográfico*. Translated to portuguese by Dr. Lidia Alvarenga and Dr. Renato Rocha Souza. Washington: Biblioteca do Congresso, Serviço da Distribuição da Catalogação, 2007. Disponível em: <<http://www.loc.gov/catdir/cpsd/o-que-e-frbr.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2013.